

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180294 – DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO.)

OBJETO

[Contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo diversos]

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 337.775,30 (trezentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / [por item]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	10
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	12
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	12
11. DOS RECURSOS	12
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	12
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

(Processo Administrativo nº 058.00036193/2026-82)

Torna-se público que o(a) **Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto**, por meio do(a) **Setor de Finanças**, sediado(a) **Rua: São Sebastião, nº 1319 – Centro, Ribeirão Preto/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023**, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022**, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **aquisição de materiais de consumo diversos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. **A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. **A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. |

- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

- 3.5.1. **Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para o item 45, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **[preço]** (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte, que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *[Valor unitário e total do item];*

5.1.2. *Marca/Modelo;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *[valor inferior]* / (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *[percentuais]* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *0,5% (meio por cento)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
 - 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
 - 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
 - 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
 - 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*
- 6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*
 - 6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*
 - 6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que*

se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *[acima do preço máximo] (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de *[2 (duas) horas]*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta..*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. *Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.13.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.13.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.13.3. *Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

7.13.3.1. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico e-mail: ribpreto.uge@policiacivil.sp.gov.br.*

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

- 12.1.5.4. *deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou*

- 12.1.5.5. *caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;*

- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- 12.1.10.3. *caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;*

- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;

- 12.2.2. multa;

- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*


12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação  no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): e-mail: ribpreto.uge@policiacivil.sp.gov.br.*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.gov.br, podendo ser enviada por e-mail: ribpreto.uge@policiacivil.sp.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no sítio eletrônico www.compras.gov.br*.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.2. *ANEXO II – [Minuta de Nota de Empenho];*

14.15.3. *ANEXO III – [Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável];*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.15.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.15.6. *ANEXO VI – Planilha orçamentária;*

14.15.7. *ANEXO VII – Termo de Recebimento de Material;*

15.

Ribeirão Preto, 23 de abril de 2026.

RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA:24971584870
Assinado de forma digital por RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA:24971584870
Dados: 2026.04.24 13:00:50 -03'00'

[Dr. Rodrigo César de Oliveira

Subscritor de Edital

Delegado de Polícia Assistente

SEBASTIAO VICENTE PICINATO:07165923802
Assinado de forma digital por SEBASTIAO VICENTE PICINATO:07165923802
Dados: 2026.04.23 17:59:49 -03'00'

Dr. Sebastião Vicente Picinato

Ordenador de Despesa – Dirigente da UGE Nº 180.294

Delegado Seccional de Polícia

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE RIB.PRETO

UASG 180294

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	180294-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE RIB.PRETO	MORGANA CORREA BOLELLI	30/03/2026 09:55 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		058.00036193/2026-82

1. Definição do objeto**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais de copa, limpeza, escritório, peças de reposição e ferragens, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ITEM COMPRAS.GOV CATMAT	ITEM BEC	CÓD. - UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Copo descartável polipropileno biodegradável 180ml: Matéria Prima: Em Polipropileno Biodegradável; Com Capacidade Mínima para 180ml; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Mínimo 1,62 Gramas; Identificação Embalagem: Deverá Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa do Copo e a Quantidade; Identificação Copo: Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelével: Em Relevo a Marca Ou Identificação do Fabricante; Símbolo de Identificação do Material P/ Reciclagem conforme NBR 13230/2008 e Alterações Posteriores; Os Copos Deverão Estar Em Conformidade Com Certificação Compulsória Inmetro. PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	617347	5489911 (33903013)	36 - Cento	1500	R\$ 16,05	R\$ 24.075,75
2	<p>Copo descartável polipropileno biodegradável 80ml: Matéria Prima: Em Polipropileno; Com Capacidade Mínima para 80ml, Na Cor Branco Leitoso; Embalagem: Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Mínimo 1,40 gramas; As Mangas Não Podem Estar Violadas; Identificação Embalagem: Deverá Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa Dos Copos e Quantidade; e o Peso Mínimo de Cada Copo; Identificação Copo: Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelével: Em Relevo a Marca Ou Identificação do Fabricante, capacidade do Copo; Símbolo de Identificação do Material para Reciclagem Conforme NBR 13230/2008; Os Copos Deverão Estar Em Conformidade Com Certificação Compulsória Inmetro NBR 14865 Vigente. PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	332639	4091728 (33903013)	36 - Cento	600	R\$ 6,80	R\$ 4.080,00

3	<p>Lacre de segurança: Matéria Prima: Em Polipropileno (PP); Tipo: Formato Escada; Utilização: Para Mercadorias Apreendidas; Medidas: Medindo 23 Cm; Cor: Na Cor Azul; Impressão: Com Área Para Gravação, Enumeração Sequencial; Resistência: Resistente Ao Travamento A Violação.</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	627608	<p>5993911 (33903016)</p>	201 - Pacote 100 Unidade	100	R\$ 35,90	R\$ 3.590,00
4	<p>Caixa arquivo kraft: Matéria Prima: Em Papelão, Revestido Em Kraft; Dimensão: (240 X 360 X 140) mm (AxLxP); Cor: Na Cor Parda, Com Impressão Padrão.</p>	602026	<p>4979516 (33903041)</p>	1 - Unidade	500	R\$ 5,10	R\$ 2.550,00
5	<p>Caneta esferográfica azul: Matéria Prima Do Corpo: Corpo Em Resina Termoplástica; Formato Do Corpo Sextavado; Modelo: Descartável; Detalhes Do Corpo: Corpo Translucido Com Respiro; Matéria Prima Da Ponta: Ponta Em Latão; Esfera: Com Esfera De Tungstênio; Espessura Da Ponta: Espessura De 1,0mm, Média; Metragem De Escrita: Rendimento Mínimo De Escrita De: 1.700 Metros; Cor Da Tinta: Na Cor Azul; Tampa Protetora: Com Tampa Protetora Removível Ventilada, Na Cor Da Tinta; Tampa Do Topo: Topeteira (Tampa Do Topo) Fixa; Norma: E Suas Condições Deverão estar De Acordo Com A Norma NBR-15236;Legislacao: Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores.</p>	318729	<p>3426491 (33903041)</p>	1 - Unidade	1000	R\$ 1,12	R\$ 1.123,30
6	<p>Caneta esferográfica vermelha: Matéria Prima Do Corpo: Corpo Em Resina Termoplástica; Formato Do Corpo Sextavado; Modelo: Descartável; Detalhes Do Corpo: Corpo Translucido Com Respiro; Matéria Prima Da Ponta: Ponta Em Latão; Esfera: Com Esfera De Tungstênio; Espessura Da Ponta: Espessura De 1,0mm, Média; Metragem De Escrita: Rendimento Mínimo De Escrita De: 1.700 Metros; Cor Da Tinta: Na Cor Vermelha; Tampa Protetora: Com Tampa Protetora Removível Ventilada, Na Cor Da Tinta; Tampa Do Topo: Topeteira (Tampa Do Topo) Fixa; Norma: E Suas Condições Deverão estar De Acordo Com A Norma NBR-15236;Legislacao: Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores.</p>	289407	<p>3432181 (33903041)</p>	1 - Unidade	300	R\$ 1,13	R\$ 339,00

7	Caneta marca texto amarela: Matéria Prima Do Corpo: Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta: Ponta 3 a 5mm; Cor Da Tinta: Na Cor Amarela; Legislação: Deve Estar De Acordo Com a Norma Vigente Obrigatória Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores; Norma: E Suas Condições Deverão estar De Acordo Com A Norma NBR-15236 E Atualizações.	405646	1038281 (33903041)	1 - Unidade	500	R\$ 1,36	R\$ 681,65
8	Caneta permanente preta: Matéria Prima: Corpo Em Polipropileno (PP); Ponta: Ponta De 2,0 mm; Cor Da Tinta: Na Cor Preta; Aplicação: Mais Utilizada Em CD/DVD; Acondicionamento: Acondicionado Em Embalagem Adequada.	241163	3493709 (33903041)	1 - Unidade	120	R\$ 9,00	R\$ 1.080,00
9	Cola de papelaria branca: Apresentação: Líquida; Utilização: Para Uso Escolar, Para Papel, Papelão, Madeira E Tecido; Composição: A Base De Agua, Lavável; Composição 1: Atóxica, Bico Econômico; Secagem: Secagem Normal; Acondicionamento: Acondicionada Em Frasco; Peso: Pesando ;Cor: Na Cor Branca; Embalagem: Em ;Validade: Com Validade Mínima De 1 Ano A Partir Da Data De entrega; Legislação: Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores; Norma: E Suas Condições Deverá estar De Acordo Com A Norma NBR-15236.	339516	2573326 (33903041)	26 - Frasco 40 Grama	1000	R\$ 3,44	R\$ 3.443,30
10	Colchete nº 8: Matéria Prima: Latonado; Tamanho: Tamanho nº 8.	390556	140538 (33903041)	220 - Caixa 72 Unidade	500	R\$ 12,93	R\$ 6.462,50
11	Envelope Kraft 26x36: Matéria Prima: Em Papel Kraft; Gramatura: Pesando 80 g/m2; Tipo: Tipo Saco; Modelo: Sem Impressão Rpc Do Correio; Medida: Medindo (260x360) mm (Larg x Alt); Apresentação: Cor: Na Cor Parda; Acondicionamento.	459338	1840061 (33903040) (33903041)	1075 - Embalagem 100 Unidade	20	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
12	Estilete: Matéria Prima: Cabo Em Poliestireno, Suporte E Trava Com Roldana, Formato Anatômico; Lâmina: Aço Carbono, 18 mm Largura, Guia De Aço Inox; Tamanho: Medindo Aproximadamente 130 mm (Comprimento Do Corpo).	606195	2938065 (33903041)	1 - Unidade	50	R\$ 5,48	R\$ 273,75
13	Extrator de grampos: Matéria Prima: Aço Inox; Tipo: Espátula.	429012	2164515 (33903041)	1 - Unidade	50	R\$ 4,70	R\$ 235,00
14	Fita adesiva crepe 48X50: Matéria Prima: Papel Rugoso, Crepe; Tamanho: Medindo (48 mm X 50 m); Cor: Branca; Tipo: Resistente.	278973	4421140 (33903041)	1 - Unidade	100	R\$ 12,93	R\$ 1.293,00
15	Fita adesiva crepe 24X50: Matéria Prima: Crepe; Tamanho: Medindo (24 mm X 50m) ;Na Cor: Branca.	332859	4860454 (33903041)	1 - Unidade	100	R\$ 6,81	R\$ 680,60

16	Fita adesiva transparente 50X50: Matéria Prima: Polipropileno; Tamanho: Medindo (50 mm X 50 m); Cor: Transparente.	429795	201405 (33903041)	1 - Unidade	500	R\$ 6,90	R\$ 3.449,00
17	Grampeador 40 fls: Tipo: De Mesa; Matéria Prima Do Corpo: Estrutura Em Aço Escovado; Matéria Prima Da Base: Base De Plástico Reforçado; Tamanho: Medindo (6,5 X 4,0 X 18) Cm (AxLxP); Cor: Na Cor Metálica Com Cinza Escuro; Grampo: Grampo 23/6,23/8,24/8 E 26/6; Quantidade De Folhas: Com Capacidade Mínima Para Grampear 40 Folhas (Papel 75g/m2); Acessórios: Canaleta Em Aço Cromado; Característica: Apoio Anatômico Emborrachado, Alcance 100 mm; Característica 1: Com Botão De Acionamento do Trilho.	405489	4642813 (33903041)	1 - Unidade	100	R\$ 81,00	R\$ 8.100,00
18	Grampo para Papéis 26/6: Matéria Prima: Galvanizado; Tratamento; Tamanho: Medindo 26/6. Tipo: Grampo para grampeador.	203144	42048 (33903041)	218 - Caixa 1000 Unidade	1000	R\$ 4,43	R\$ 4.425,00
19	Livro ata 100 fls.: Formato: Medindo no Mínimo (205 X 297) mm Vertical; Gramatura da Capa: Capa Pesando 1250 g/m², Revestimento Da Capa: Revestida Com Papel Kraft 80 g/m²; Cor: Preta; Quantidade de Folhas: 100 Folhas (Numeradas); Gramatura da Folha: Papel Off-Set Pesando 56 g/m².	469001	4348400 (33903040) (33903041)	1 - Unidade	100	R\$ 24,00	R\$ 2.400,25
20	Pasta de processo ROSA: Matéria Prima: Em Papel Cartão; Gramatura: 180 G/M²; Tamanho: 32 X 47 Cm; Cor: Rosa; Acessórios: Acabamento Refilado E Vincado; Legislação.	359250	4638891 (33903041)	36 - Cento	100	R\$ 89,30	R\$ 8.930,00
21	Pasta de processo VERDE: Matéria Prima: Em Papel Cartão; Gramatura: 180 G/M²; Tamanho: 32 X 47 Cm; Cor: Verde; Acessórios: Acabamento Refilado E Vincado; Legislação.	359303	3551822 (33903041)	36 - Cento	50	R\$ 86,00	R\$ 4.299,75
22	Pasta em L A4 Cristal: Matéria Prima: Polipropileno; Espessura Mínima: 0,20 Micras; Formato: A4 (210 X 297 Mm); Cor: Cristal; Legislação.	396495	3278018 (33903041)	1 - Unidade	500	R\$ 3,89	R\$ 1.945,00
23	Pincel atômico na cor azul: Entintamento: Azul; Ponta: Feltro Chanfrado; Tipo: Descartável.	257031	2187221 (33903041)	1 - Unidade	120	R\$ 5,85	R\$ 702,00

24	Tesoura escolar 20CM: Matéria Prima: Aço Inoxidável; Medida: 20 Cm; Cabo: Plástico; Cor: Preta; Tipo: Para Destro, 3 Dedos; Apresentação: Rebite; Lâmina: Aço Inoxidável; Ponta: Arredondada; Garantia: Contra Defeito De Fabricação Por Tempo Indeterminado; Norma: NBR-15236; Legislação: Certificação Compulsória Inmetro.	406801	4346335 (33903040) (33903041)	1 - Unidade	50	R\$ 9,40	R\$ 470,13
25	Alcool Etílico 70: Apresentação: Líquido; Composição: Álcool Etílico 70%; Indicação: Desinfecção De Superfícies E Artigos Semi-Críticos E Não Críticos; Acondicionamento: Frasco Adequado Que Garanta A Integridade Do Produto; De acordo com a Legislação Vigente; Validade de no Mínimo 12 (doze) Meses; Legislação: Produto Sujeito À Verificação No Ato Da Entrega.	269941	5689651 (33903015)	28 - Frasco 1 Litro	120	R\$ 12,00	R\$ 1.440,00
26	Barbeador: Matéria Prima: Cabo Emborrachado Com Textura Antideslizante; Tipo: Descartável; Lâmina: 2 Lâminas De Aço Paralelas Com Fita Lubrificante; Acondicionamento: Embalagem Com Identificação.	361428	2312204 (33903015)	1 - Unidade	580	R\$ 5,42	R\$ 3.143,60
27	Escova dental: Utilização: Adulto; Cerdas: Extra Macias; Cor: Azul; Tipo: Comum; Modelo: Anatômico; Funcionamento: Manual; Embalagem: Adequada Para Garantir A Integridade Do Produto; Legislação: Portaria 1480/90 E 97/96 Do Ministério Da Saúde.	225318	163171 (33903015)	1 - Unidade	2000	R\$ 1,72	R\$ 3.446,60

28	<p>Papel Higiênico Dupla Folha: Classificação: Classe 01, Neutro; Cor Branca; Alvura: Alvura ISO Maior Que 80%; Índice De Maciez: Índice Potencial De Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 nm/g; Resistência A Tração: Resistencia A Tração Ponderada Igual Ou Maior Que 90 n/m; Quantidades De Pintas: Quantidade De Pintas Igual Ou Menor Que 20 nm2/m2; Tempo De Absorção De Agua: Igual Ou Menor Que 5; Irritação Cutânea: Irritação Cutânea I; Sensibilização; Norma: Conforme Norma ABNT NBR 15464-2 e 15134; Características Complementares: Matéria Prima 100% Fibra Celulósica; Comprimento Do Rolo: 30 Metros - Com Tolerância De 2%; Largura: Com Largura De 10 Cm - Com Tolerância De 2%; Diâmetro No Máximo De 11,7 Cm; Largura Do Tubete: 10 Cm - Com Tolerância De 2%; Diâmetro Interno Do Tubete Maior Que 4 Cm; Apresentação: Acabamento Gofrado, Em Relevo; Apresentação I: Picotado; Fragrância: Neutra; Rotulagem Contendo: Com Identificação Da Classe, Marca, Quantidade De Rolos; Rotulagem I: Aroma, Metragem Do Papel; Rotulagem II: Nome Do Fabricante E Fantasia, CNPJ; Rotulagem III: E-Mail, Telefone Do SAC; Embalagem Com Boa Visibilidade Do Produto.</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	412112	2916070 (33903015)	190 - Pacote c/ 4 Unidades	700	R\$ 11,69	R\$ 8.183,00
----	---	--------	-----------------------	----------------------------------	-----	-----------	--------------

29	<p>Toalha de Papel Dupla Interfolhada: Classificação: Classe Toalha De Papel Dupla Interfolhada Institucional; Quantidade De Dobras: 2 Dobras; Na Cor Branca; Alvura ISO Igual Ou Maior Que 85%; Índice De Maciez Igual Ou Menor Que 8nm/g (Newton-Metro Por Grama) Macia; Quantidade De Pintas: Quantidade De Pintas Igual Ou Menor Que 5mm2/m2; Tempo De Absorção De Agua Igual Ou Menor 4s (Segundos); Capacidade De Absorção: Capacidade De Absorção De Agua Igual Ou Maior 7g/g (Grama Por Grama); Resistência A Tração: Resistencia A Tração A Úmido Igual Ou Maior 70 N/M (Newton Por Metro); Irritação Cutânea I; Sensibilização; Norma: Conforme Norma Da ABNT NBR 15464-8 e 15134; Características Complementares: Matéria Prima 100% Fibra Vegetal; Dimensão Da Folha: 23x21 Cm; Numero De Folhas: ; Apresentação: Embaladas Individualmente em Pacote, Gofrado; Análise Microbiológica: ; Rotulagem Contendo: Com Identificação Da Classe, Classe, Marca, Quantidade de Folhas, Dimensões Da folha, Nome Do Fabricante E Fantasia, CNPJ; Rotulagem I: E-Mail, Telefone SAC (Serviço De Atendimento Ao Consumidor).</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	353142	4627458 (33903015)	505 - Pacote c/ 1000 Unidades	600	R\$ 44,90	R\$ 26.940,00
30	<p>Pasta dental: Apresentação: Em Creme; Utilização: Uso Adulto; Peso: Pesando 50g; Aroma: Menta; Composição: Composto De Composto De Fluor, Laurilsulfato De Sódio, Sacarina Sódica, Agua; Composição I: Sorbitol, Polietilenoglicol; Composicao Ii: Carboximetilcelulose, Carboximetilcelulose, Carboximetil Celulose, Dioxido De Silicio, Corantes, Fluoreto De Sodio;Composicao Iii: ;Composicao Iv: ;Embalagem: Embalado Em Embalado Em Caixa De Papel Cartão Plastificada; Norma: ; Com Validade Superior A 12 (doze) Meses.</p>	372527	4671813 (33903015)	1 - Unidade	300	R\$ 3,03	R\$ 907,68
31	<p>Sabonete Líq. Erva Doce Refil: Apresentação: Líquido Perolado; Composição: Com Fragrância Erva Doce, Ph = 7,00 - 8,00, Com Hidratante; Tipo: Para Higiene Das Mãos; Legislação: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.</p>	420117	3196453 (33903015)	85 - Refil 800 Mililitro	300	R\$ 10,13	R\$ 3.039,00

32	Sabonete Tablete: Apresentação: Tablete; Composição: Suave (Ph Entre 5,5 A 8,5); Tipo: Para Higienização Corporal; Tamanho: 11 Gramas; Legislação: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Deverá Obedecer Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.	263027	5113830 (33903015)	96 - Caixa 500 Unidade	10	R\$ 207,00	R\$ 2.070,00
33	Toalha de Banho: Tamanho Adulto; Composição Do Tecido: Composição Do Tecido Pré-encolhido, Composto De 100% Algodão; Gramatura: Pesando No Mínimo 320g/M2; Construção/Armação: ; Pré-lavado: ;Pré-encolhido: ;Medida: Medindo (LxC) No Mínimo 70 X 135 Cm; Cor Branca; Liso Ou Estampado: ;Logo: ; Costura: ;Resistencia A Lavagem: ;Etiqueta: Etiqueta De acordo Com A Resolução Da Conmetro n. 02 De 06/05/2008; Legislação.	459480	4387082 (33903015)	1 - Unidade	400	R\$ 30,69	R\$ 12.274,00
34	Água Sanitária: Tipo: Solução Aquosa; Embalagem: Acondicionado De Forma Adequada; Composição: Teor De Cloro Ativo De 2,0% A 2,5% P/P, Produto À Base De Cloro; Legislação: Sem Aromatizante; Legislação I: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação II: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Rotulagem Contendo: Rotulagem I: ;Rotulagem II: ;Rotulagem III: ;Recebimento: Validade Mínima De 6 (seis) Meses A Partir da Data de Entrega.	299605	4429990 (33903014) (33903015)	28 - Frasco 1 litro	168	R\$ 5,33	R\$ 895,44
35	Desinfetante Eucalipto: Apresentação: Categoria Básica Restrita Ao Uso Puro; Composição: Princípio Ativo Cloreto De Diaquil Dimetil Amônio 100% - 0,50%; Composição I: Monil Fenol, Etoxilado, Óleo De Eucalipto, Essência; Composição II: Outras Substâncias Permitidas; Aroma: Eucalipto, Validade 3 (três) Anos; Acondicionamento: Embalagem Apropriada; Legislação: Registro E Laudo Analítico Do Fabricante; Legislação I: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; ; Legislação II: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.	479542	1321102 (33903014)	120 - Frasco 500 Mililitro	168	R\$ 6,47	R\$ 1.086,62

36	<p>Detergente em pó: Composição: Princípio Ativo Alquil Benzeno Sulfonato De Sódio, Tensoativos Aniônicos, Coadjuvantes, Branqueador; Composição I: Óptico, Fragrância, Essência, Perfume, Carga, Água; Composição II: Teor De Ativos Ph Entre 10 A 12, Solução 1% P/P; Composição III: Pigmentos E Outras Substâncias Permitidas; Acondicionamento: De Forma Adequada, Validade Mínima De 20 (vinte) Meses A Partir da Data de Entrega; Legislação: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.</p>	255136	2945738 (33903014)	404 - Saco 1 Quilograma	168	R\$ 5,50	R\$ 924,00
37	<p>Detergente líquido: Composição: Princípio Ativo Composição Básica; Composição I: Composição Básica Com Glicerina E Tensoativo Biodegradável; Composição II: Preservantes, Sequestrante, Espessante, Fragrâncias Concentradas; Composição III: Valor do Ph Entre 5,5 E 8,0; Aroma: Neutro, Sem Fragrância, Na Cor Amarela; Acondicionamento: De Forma Adequada, Com Bico Dosador; Legislação: Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.</p>	372748	4432690 (33903014)	120 - Frasco 500 Mililitro	300	R\$ 3,12	R\$ 936,00
38	<p>Pilha Palito AAA: Tipo: Alcalina; Voltagem: 1,5 V; Tamanho: Palito (AAA), Com Prazo de Validade Mínio De 12 (doze) Meses; Embalagem: Embalagem em ; Legislação: Conforme Resolução Do Conama 401 04/11/2008; Norma: ABNT E 11175/90.</p>	419860	4280610 (33903090) (33903041) (33903036)	627 - Cartela 2 Unidade	50	R\$ 9,10	R\$ 455,09
39	<p>Lâmpada Led 65W: Matéria-Prima: Em Alumínio E Policarbonato; Formato Do Bulbo: High Power; Dimensões: Medidas Aproximadas Ø X A = (110 X 244) mm; Base: E27; Potência: 65W; Fluxo Luminoso: Mínimo 5625 Lm; Tensão De Trabalho: Tensão (V) 100 ~ 240 V Autovolt; Vida Útil: 25.000 Horas; Temperatura De Cor: 6500K; Fator De Potência: 0,92 (Alto FP); Ângulo De Abertura: ;Característica 1: ;Característica 2: Com Selo Do Inmetro; Normalização: Conforme Normas NBR/ABNT E Inmetro Vigentes.</p>	446946	6202519 (33903090)	1 - Unidade	120	R\$ 72,99	R\$ 8.758,80

40	Lâmpada Led 30W: Matéria-Prima: Corpo Em Termoplástico Leitoso; Formato Do Bulbo: A60; Dimensões: Medindo (110 X 70) mm; Base: E-27; Potência: De 30W; Fluxo Luminoso: Mínimo 2400 Lm; Tensão De Trabalho: Bivolt; Vida Útil Mínima De 25.000 Horas; Temperatura De Cor: 6500K; Fator De Potência: Mínimo De 0,80; Ângulo De Abertura: ;Característica 1: ;Característica 2: ; Normalização: Conforme Normas NBR/ABNT Vigentes, Certificação Inmetro.	614455	6395104 (33903090)	1 - Unidade	500	R\$ 29,71	R\$ 14.852,50
41	Algema de Tornozele: Matéria Prima: De Aço Carbono 1020; Com Espessura Externa De 9,8 mm; Peças Externas: Peças Externa Com Espessura De 3 mm; Peças De Enchimento Com Espessura De 3,8mm; Peças Giratórias Com Espessura De 3.3mm; Dentes: Com Dentes Fresados E Usinados; Trava: Com Super Trava De Segurança; Corrente: Corrente De Ligação Com Espessura De 3,3 mm; Com Peso De 485 Gramas; Folga: Folga Entre As Peças Giratórias E Laterais De 3 Décimos; Fechadura: Fechadura Cementada Com Triplo Dente Em Aço 1020 Resistente A Lima; Pinos E Molas: Pinos E Molas Da Fechadura Em Aço; Abertura Máxima Da Algema De 93 mm; Abertura Mínima Da Algema De 61 mm; Chaves: Com Duas Chaves Em Aço 1020; Acabamento Em Níquel Com Espessura De 15 Microns; Distancia: Distância Entre As Algemas De 400 mm; Segurança: Com Super Trava De Segurança; Sistema De Bloqueio: Fechadura Com Exclusivo Sistema Debloqueio.	620977	1500813 (33903090)	1 - Unidade	100	R\$ 336,00	R\$ 33.600,00
42	Balde: Matéria-Prima: Em Polipropileno; Dimensões: Medindo 32 X 27 Cm aproximadamente; Capacidade: 12 Litros; Resistência: Resistente A 16 Quilos no Mínimo; Alça Em Aço; Acabamento: ; Utilização: Para Transportar Água, Cimento, Areia, Pedra, etc; Característica I: Com Pegador Na Parte Inferior; Normalização.	286790	3949567 (33903052) (33903090)	1 - Unidade	30	R\$ 28,13	R\$ 844,00
43	Balança: Tipo: Semi-Analítica Eletrônica Digital; Visor: Em Cristal Líquido, Com Mostrador Digital, Sensibilidade De 0,01 grama; Com Capacidade Para Até 2.100 gramas, Microprocessador e Tara Subtrativa, Calibração Externa; Dimensões: Medindo PxA 300 X 190 X 80 mm; Voltagem: Bivolt; Utilização: Pesagem De Drogas, Com Selo Inmetro E Selo De Verificação Inicial Do IPEM; Garantia: 2 Anos, Manual.	271865	3136388 (33903090)	1 - Unidade	6	R\$ 3.985,00	R\$ 23.910,00

44	<p>Papel Sulfite A4: Gramatura: Gramatura 75g/m2; Formato: Formato A4; Medida: Medindo (210x297) mm; Alvura: Alvura Mínima De 90%, Conforme Norma ISO; Opacidade: Opacidade Mínima De 87%; Umidade: Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma TAPPI; Cor: Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem: Embalagem Revestida Em BOPP; Selo: Produto Com Certificação Ambiental FSC Ou Cerflor/Pefc, Com Selo E Código De Licença Impressos Na Embalagem.</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p> <p>(Cota reservada para ME/EPP/EQUIPARADAS nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006)</p>	254199	2903881 (33903040) (33903041)	2086 - Caixa c/ 10 resmas	100	R\$ 260,85	R\$ 26.085,00
45	<p>Papel Sulfite A4: Gramatura: Gramatura 75g/m2; Formato: Formato A4; Medida: Medindo (210x297) mm; Alvura: Alvura Mínima De 90%, Conforme Norma ISO; Opacidade: Opacidade Mínima De 87%; Umidade: Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma TAPPI; Cor: Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem: Embalagem Revestida Em BOPP; Selo: Produto Com Certificação Ambiental FSC Ou Cerflor/Pefc, Com Selo E Código De Licença Impressos Na Embalagem.</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p> <p>(Cota principal em relação à cota reservada do item 44)</p>	254199	2903881 (33903040) (33903041)	2086 - Caixa c/ 10 resmas	300	R\$ 260,85	R\$ 78.255,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:							R\$ 337.775,30

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses contados da data de assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6 A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP - Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Priorizar embalagens recicláveis, compostáveis ou biodegradáveis

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. **Serão exigidas amostras dos seguintes itens:**

4.3.1. ITEM 1 - COPO DESCARTÁVEL POLIPROPILENO BIODEGR. 180ML (ITEM BEC 548991 / CATMAT617347);

4.3.2. ITEM 2 - COPO DESCARTÁVEL POLIPROPILENO BIODEGR. 80ML (ITEM BEC 4091728 / CATMAT332639);

4.3.3. ITEM 3 - LACRE DE SEGURANÇA (ITEM BEC 5993911 / CATMAT 627608);

4.3.4. ITEM 28 - PAPEL HIGIÊNICO DUPLA FOLHA (ITEM BEC 2916070 / CATMAT 412112);

4.3.5. ITEM 29 - TOALHA DE PAPEL DUPLA INTERFOLHADA (ITEM BEC 4627458 / CATMAT 353142);

4.3.6. ITEM 44 - PAPEL SULFITE A4 - COTA RESERVADA (ITEM BEC 2903881 / CATMAT 254199);

4.3.7. ITEM 45 - PAPEL SULFITE A4 - COTA PRINCIPAL (ITEM BEC 2903881 / CATMAT 254199).

4.4. Para os itens 28 (PAPEL HIGIÊNICO DUPLA FOLHA) e 29 (TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA), deverá ser apresentado, juntamente com a amostra, laudo emitido pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), laboratório certificado pelo INMETRO ou por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde - REBLAS.

4.4.1. O laudo deverá conter as características geométricas exigidas no descritivo, assim como as análises necessárias para comprovar o atendimento às normas NBR constantes em cada item.

4.5. A(s) amostra(s) poderá(ão) ser entregue(s) no endereço Rua São Sebastião nº 1319, Centro, CEP 14015-040 DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO – Setor de Administração e Finanças, **no prazo limite de 2 (dois) dias úteis**, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega fora das especificações previstas, a proposta será recusada,

4.8. **Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:**

4.8.1. ITEM 1 - COPO DESCARTÁVEL POLIPROPILENO BIODEGR. 180ML: conforme as especificações técnicas constantes da coluna ESPECIFICAÇÃO na tabela do item 1.1. do presente termo.

4.8.2. ITEM 2 - COPO DESCARTÁVEL POLIPROPILENO BIODEGR. 80ML: conforme as especificações técnicas constantes da coluna ESPECIFICAÇÃO na tabela do item 1.1. do presente termo.

4.8.3. ITEM 3 - LACRE DE SEGURANÇA: conforme as especificações técnicas constantes da coluna ESPECIFICAÇÃO na tabela do item 1.1. do presente termo.

4.8.4. ITEM 28 - PAPEL HIGIÊNICO DUPLA FOLHA: conforme as especificações técnicas constantes da coluna ESPECIFICAÇÃO na tabela do item 1.1. do presente termo.

4.8.5. ITEM 29 - TOLHA DE PAPEL DUPLA INTERFOLHADA: conforme as especificações técnicas constantes da coluna ESPECIFICAÇÃO na tabela do item 1.1. do presente termo.

4.8.6. ITEM 44 - PAPEL SULFITE A4 (COTA RESERVADA): conforme as especificações técnicas constantes da coluna ESPECIFICAÇÃO na tabela do item 1.1. do presente termo.

4.8.7. ITEM 45 - PAPEL SULFITE A4 (COTA PRINCIPAL): conforme as especificações técnicas constantes da coluna ESPECIFICAÇÃO na tabela do item 1.1. do presente termo.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores **no prazo de 5 (cinco) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.14. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO, Setor de Almoxarifado, à Rua São Sebastião nº 1319, Centro, município de Ribeirão Preto/SP, CEP 14015-040, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 08h00 as 12h00 e das 14h00 as 17h00;

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.6. Substituir, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, o material que for identificado com defeito, o desconforme com as especificações, ou o avariado por falhas de transporte ou descarga;
- 5.7. No caso de substituição do material, a nova unidade terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado ao substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.
- 5.8. A garantia ocorrerá sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, mesmo quando for necessário o transporte, por correio ou transportadora, do material ou ainda o traslado, ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);
- 6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, III);
- 6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até a contar da **5 (cinco) dias**, notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de a contar do recebimento da nota fiscal ou **10 (dez) dias** instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na on-line impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critério de julgamento de MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para Pessoa física fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. : **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, Sociedade simples acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, Filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.11. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. **Agricultor Familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Agricultor familiar: Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.13. **Produtor Rural Pessoa Física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a Produtor Rural pessoa física: qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).
- 8.14. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.25 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.25.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Outras comprovações

8.26. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 337.775,30

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM COMPRAS. GOV CATMAT	ITEM BEC	CÓD. - UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Copo descartável polipropileno biodegradável 180ml	617347	5489911	36 - Cento	1500	R\$ 16,05	R\$ 24.075,75
2	Copo descartável polipropileno biodegradável 80ml	332639	4091728	36 - Cento	600	R\$ 6,80	R\$ 4.080,00
3	Lacre de segurança	627608	5993911	201 - Pacote 100 Unidade	100	R\$ 35,90	R\$ 3.590,00
4	Caixa arquivo kraft	602026	4979516	1 - Unidade	500	R\$ 5,10	R\$ 2.550,00
5	Caneta esferográfica azul	318729	3426491	1 - Unidade	1000	R\$ 1,12	R\$ 1.123,30
6	Caneta esferográfica vermelha	289407	3432181	1 - Unidade	300	R\$ 1,13	R\$ 339,00
7	Caneta marca texto amarela	405646	1038281	1 - Unidade	500	R\$ 1,36	R\$ 681,65

8	Caneta permanente preta	241163	3493709	1 - Unidade	120	R\$ 9,00	R\$ 1.080,00
9	Cola de papelaria branca	339516	2573326	26 - Frasco 40 Grama	1000	R\$ 3,44	R\$ 3.443,30
10	Colchete nº 8	390556	140538	220 - Caixa 72 Unidade	500	R\$ 12,93	R\$ 6.462,50
11	Envelope Kraft 26x36	459338	1840061	1075 - Embalagem 100 Unidade	20	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
12	Estilete	606195	2938065	1 - Unidade	50	R\$ 5,48	R\$ 273,75
13	Extrator de grampos	429012	2164515	1 - Unidade	50	R\$ 4,70	R\$ 235,00
14	Fita adesiva crepe 48X50	278973	4421140	1 - Unidade	100	R\$ 12,93	R\$ 1.293,00
15	Fita adesiva crepe 24X50	332859	4860454	1 - Unidade	100	R\$ 6,81	R\$ 680,60
16	Fita adesiva transparente 50X50	429795	201405	1 - Unidade	500	R\$ 6,90	R\$ 3.449,00
17	Grampeador 40 fls	405489	4642813	1 - Unidade	100	R\$ 81,00	R\$ 8.100,00
18	Grampo para Papéis 26/6	203144	42048	218 - Caixa 1000 Unidade	1000	R\$ 4,43	R\$ 4.425,00
19	Livro ata 100 fls	469001	4348400	1 - Unidade	100	R\$ 24,00	R\$ 2.400,25
20	Pasta de processo ROSA	359250	4638891	36 - Cento	100	R\$ 89,30	R\$ 8.930,00
21	Pasta de processo VERDE	359303	3551822	36 - Cento	50	R\$ 86,00	R\$ 4.299,75
22	Pasta em L A4 Cristal	396495	3278018	1 - Unidade	500	R\$ 3,89	R\$ 1.945,00
23	Pincel atômico na cor azul	257031	2187221	1 - Unidade	120	R\$ 5,85	R\$ 702,00
24	Tesoura escolar 20CM	406801	4346335	1 - Unidade	50	R\$ 9,40	R\$ 470,13
25	Alcool Etilico 70	269941	5689651	28 - Frasco 1 Litro	120	R\$ 12,00	R\$ 1.440,00
26	Barbeador	361428	2312204	1 - Unidade	580	R\$ 5,42	R\$ 3.143,60
27	Escova dental	225318	163171	1 - Unidade	2000	R\$ 1,72	R\$ 3.446,60
28	Papel Higiênico Dupla Folha	412112	2916070	190 - Pacote c/ 4 Unidades	700	R\$ 11,69	R\$ 8.183,00
29	Toalha de Papel Dupla Interfolhada	353142	4627458	505 - Pacote c/ 1000 Unidades	600	R\$ 44,90	R\$ 26.940,00

30	Pasta dental	372527	4671813	1 - Unidade	300	R\$ 3,03	R\$ 907,68
31	Sabonete Líq. Erva Doce Refil	420117	3196453	85 - Refil 800 Mililitro	300	R\$ 10,13	R\$ 3.039,00
32	Sabonete Tablete	263027	5113830	96 - Caixa 500 Unidade	10	R\$ 207,00	R\$ 2.070,00
33	Toalha de Banho	459480	4387082	1 - Unidade	400	R\$ 30,69	R\$ 12.274,00
34	Água Sanitária	299605	4429990	28 - Frasco 1 litro	168	R\$ 5,33	R\$ 895,44
35	Desinfetante Eucalipto	479542	1321102	120 - Frasco 500 Mililitro	168	R\$ 6,47	R\$ 1.086,62
36	Detergente em pó	255136	2945738	404 - Saco 1 Quilograma	168	R\$ 5,50	R\$ 924,00
37	Detergente líquido	372748	4432690	120 - Frasco 500 Mililitro	300	R\$ 3,12	R\$ 936,00
38	Pilha Palito AAA	419860	4280610	627 - Cartela 2 Unidade	50	R\$ 9,10	R\$ 455,09
39	Lâmpada Led 65W	446946	6202519	1 - Unidade	120	R\$ 72,99	R\$ 8.758,80
40	Lâmpada Led 30W	614455	6395104	1 - Unidade	500	R\$ 29,71	R\$ 14.852,50
41	Algema de Tornozelo	620977	1500813	1 - Unidade	100	R\$ 336,00	R\$ 33.600,00
42	Balde	286790	3949567	1 - Unidade	30	R\$ 28,13	R\$ 844,00
43	Balança	271865	3136388	1 - Unidade	6	R\$ 3.985,00	R\$ 23.910,00
44	Papel Sulfite A4	254199	2903881	2086 - Caixa c/ 10 resmas	100	R\$ 260,85	R\$ 26.085,00
45	Papel Sulfite A4	254199	2903881	2086 - Caixa c/ 10 resmas	300	R\$ 260,85	R\$ 78.255,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:							R\$ 337.775,30

9.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 337.775,30 (trezentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. *O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado de São Paulo.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/180294

II) Fonte de Recursos: 15001001

III) Programa de Trabalho: 06181180149890000

IV) Elemento de Despesa: 339030

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MORGANA CORREA BOLELLI

Escrivã de Polícia



Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 17:46:41.

RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 09:55:0

ANEXO I.1



ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE RIB.PRETO

UASG 180294

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00036193/2026-82

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de materiais de consumo, sendo materiais de copa, higiene, limpeza, escritório, peças de reposição e ferragens, para reposição imediata do estoque do almoxarifado.

2.2. A contratação em questão se faz necessária para atender a reposição do almoxarifado devido a estoques baixos ou falta de itens. Os itens relacionados fazem parte da listagem de materiais padronizados e são fundamentais para manter as condições adequadas de trabalho de todas as unidades policiais do âmbito desta Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto. As atividades de polícia judiciária, previstas no artigo 144, §4º da CF/88 são prestadas de maneira ininterrupta.

2.3. Necessidade Operacional: As delegacias de polícia e as cadeias públicas requerem constantemente itens de limpeza para manter a higiene e a saúde dos detentos, funcionários e visitantes. Peças de reposição são essenciais para a manutenção de equipamentos de segurança e comunicação, garantindo o funcionamento adequado das instalações.

2.4. Segurança e Saúde Pública: Manter as instalações limpas e em condições adequadas é crucial para prevenir doenças e garantir um ambiente seguro tanto para os policiais quanto para os detentos e visitantes. Itens como produtos de limpeza, materiais descartáveis e equipamentos de proteção são essenciais nesse sentido.

2.5. Manutenção de Infraestrutura: As peças de reposição são necessárias para reparar equipamentos e instalações danificados ou desgastados, garantindo que a delegacia e a cadeia pública possam operar sem interrupções significativas. Isso inclui desde sistemas de segurança até estruturas físicas.

2.6. Legalidade e Transparência: A aquisição desses itens por meio de licitações públicas assegura que o processo seja realizado de acordo com a legislação vigente, promovendo a transparência na aplicação dos recursos públicos e evitando práticas de favorecimento ou corrupção.

2.7. Economia e Eficiência: O processo de licitação busca garantir que os itens sejam adquiridos pelo melhor preço possível, assegurando a economia para o erário público e a eficiência na gestão dos recursos destinados às unidades policiais e penitenciárias.

2.8. Planejamento Orçamentário: A inclusão desses itens nos processos de licitação está alinhada com o planejamento estratégico e orçamentário das instituições responsáveis pela segurança pública, garantindo que os recursos sejam alocados de forma adequada e em conformidade com as necessidades identificadas. Em suma, a justificativa para a aquisição desses itens em licitações públicas para delegacias de polícia e cadeias públicas está fundamentada na necessidade operacional, na garantia da segurança e saúde pública, na manutenção da infraestrutura, na legalidade e transparência dos processos, na busca por economia e eficiência, bem como no adequado planejamento orçamentário das instituições responsáveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante

Responsável

Almoxarifado UGE 180294

Marcos Ivan Garcia

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Tratam-se de bens de natureza comum e não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

4.2. Para fins de conferência de conformidade dos itens 1, 2, 3, 28, 29 e 44, após o aceite da proposta quanto ao valor, nos termos do § 2º do artigo 42 da Lei 14.133/2021, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra do item arrematado, conforme tópico "Da exigência de amostra" constante do Termo de Referência, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento.

4.2.1. ITEM 1 - COPO DESCARTÁVEL POLIPROPILENO BIODEGR. 180ML (ITEM BEC 5489911/CATMAT 617347);

4.2.2. ITEM 2 - COPO DESCARTÁVEL POLIPROPILENO BIODEGR. 80ML (ITEM BEC 4091728/CATMAT 332639);

4.2.3. ITEM 3 - LACRE DE SEGURANÇA (ITEM BEC 5993911/CATMAT 627608);

4.2.4. ITEM 28 - PAPEL HIGIÊNICO DUPLA FOLHA (ITEM BEC 2916070/CATMAT 412112);

4.2.5. ITEM 29 - TOALHA DE PAPEL DUPLA INTERFOLHADA (ITEM BEC 4627458/CATMAT 353142);

4.2.6. ITEM 44 - PAPEL SULFITE A4 (ITEM BEC 2903881/CATMAT 254199).

4.3. Para os itens 28 e 29, deverá ser apresentado juntamente com a amostra, laudo emitido pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), laboratório certificado pelo INMETRO ou por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde - REBLAS.

4.3.1. O laudo deverá conter as características geométricas exigidas no descritivo, assim como as análises necessárias para comprovar o atendimento às normas NBR constantes no item.

4.4. O prazo para envio, local de entrega, critérios de avaliação, bem como demais disposições acerca das amostras serão pormenorizadas no Termo de Referência.

4.5. Os bens serão fornecidos em parcela única, sendo que a entrega única será realizada em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato, independentemente de requisição.

4.6. O contratante estima as quantidades a serem requisitadas, nas condições do item anterior, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM COMPRAS. GOV CAT	ITEM BEC	CÓD. - UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Copo descartável polipropileno biodegradável 180ml PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.	617347	5489911	36 - Cento	1500
2	Copo descartável polipropileno biodegradável 80ml PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.	332639	4091728	36 - Cento	600
3	Lacre de segurança PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.	627608	5993911	201 - Pacote 100 Unidade	100
4	Caixa arquivo kraft	602026	4979516	1 - Unidade	500
5	Caneta esferográfica azul	318729	3426491	1 - Unidade	1000
6	Caneta esferográfica vermelha	289407	3432181	1 - Unidade	300

7	Caneta marca texto amarela	405646	1038281	1 - Unidade	500
8	Caneta permanente preta	241163	3493709	1 - Unidade	120
9	Cola de papelaria branca	339516	2573326	26 - Frasco 40 Grama	1000
10	Colchete nº 8	390556	140538	220 - Caixa 72 Unidade	500
11	Envelope Kraft 26x36	459338	1840061	1075 - Embalagem 100 Unidade	20
12	Estilete	606195	2938065	1 - Unidade	50
13	Extrator de grampos	429012	2164515	1 - Unidade	50
14	Fita adesiva crepe 48X50	278973	4421140	1 - Unidade	100
15	Fita adesiva crepe 24X50	332859	4860454	1 - Unidade	100
16	Fita adesiva transparente 50X50	429795	201405	1 - Unidade	500
17	Grampeador 40 fls	405489	4642813	1 - Unidade	100
18	Grampo para Papéis 26/6	203144	42048	218 - Caixa 1000 Unidade	1000
19	Livro ata 100 fls	469001	4348400	1 - Unidade	100
20	Pasta de processo ROSA	359250	4638891	36 - Cento	100
21	Pasta de processo VERDE	359303	3551822	36 - Cento	50
22	Pasta em L A4 Cristal	396495	3278018	1 - Unidade	500
23	Pincel atômico na cor azul	257031	2187221	1 - Unidade	120
24	Tesoura escolar 20CM	406801	4346335	1 - Unidade	50
25	Alcool Etilico 70	269941	5689651	28 - Frasco 1 Litro	120
26	Barbeador	361428	2312204	1 - Unidade	580
27	Escova dental	225318	163171	1 - Unidade	2000
28	Papel Higiênico Dupla Folha PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.	412112	2916070	190 - Pacote c/ 4 Unidades	700

29	Toalha de Papel Dupla Interfolhada PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.	353142	4627458	505 - Pacote c/ 1000 Unidades	600
30	Pasta dental	372527	4671813	1 - Unidade	300
31	Sabonete Líq. Erva Doce Refil	420117	3196453	85 - Refil 800 Mililitro	300
32	Sabonete Tablete	263027	5113830	96 - Caixa 500 Unidade	10
33	Toalha de Banho	459480	4387082	1 - Unidade	400
34	Água Sanitária	299605	4429990	28 - Frasco 1 litro	168
35	Desinfetante Eucalipto	479542	1321102	120 - Frasco 500 Mililitro	168
36	Detergente em pó	255136	2945738	404 - Saco 1 Quilograma	168
37	Detergente Líquido	372748	4432690	120 - Frasco 500 Mililitro	300
38	Pilha Palito AAA	419860	4280610	627 - Cartela 2 Unidade	50
39	Lâmpada Led 65W	446946	6202519	1 - Unidade	120
40	Lâmpada Led 30W	614455	6395104	1 - Unidade	500
41	Algema de Tornozelo	620977	1500813	1 - Unidade	100
42	Balde	286790	3949567	1 - Unidade	30
43	Balança	271865	3136388	1 - Unidade	6
44	Papel Sulfite A4 PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.	254199	2903881	2086 - Caixa c/ 10 resmas	400

4.7. A entrega do material será na sede da DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO, Setor de Almoxarifado, à rua São Sebastião nº 1319, Centro, município de Ribeirão Preto/SP, CEP 14015-040, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 08h00 as 12h00 e das 14h00 as 17h00.

4.8. Na entrega, os materiais deverão estar em perfeitas condições e para os perecíveis, no prazo de validade especificado, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal detalhada, podendo ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório pelo Setor de Almoxarifado.

4.9. O material também deverá atender aos critérios e políticas de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.10. Será de responsabilidade da contratada todas as despesas de embalagens, seguros, transportes, descarga dos objetos, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

4.11. O prazo de garantia dos bens de consumo não perecíveis especificados é de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Verificou-se potenciais fornecedores dos materiais pretendidos e as respectivas estimativas de preços na plataforma Compras.gov.br, plataforma eletrônica de licitações de âmbito federal.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Foi realizado um estudo dos itens de consumo básicos a serem mantidos em estoque junto ao almoxarifado. Atualmente, os itens presentes no DFD - Documento de Formalização de Demanda, encontram-se com estoques críticos, demandando rápida aquisição e reposição, sob pena de ocasionar prejuízos na boa condução dos serviços prestados pelos servidores e funcionamento adequado das instalações.

6.2. Especificação de detalhada dos itens, conforme tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ITEM COMPRAS.GOV CATMAT	ITEM BEC	CÓD. - UNIDADE DE MEDIDA
1	<p>Copo descartável polipropileno biodegradável 180ml:</p> <p>Matéria Prima: Em Polipropileno Biodegradável; Com Capacidade Mínima para 180ml; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Mínimo 1,62 Gramas; Identificação Embalagem: Deverá Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa do Copo e a Quantidade; Identificação Copo: Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelével: Em Relevô a Marca Ou Identificação do Fabricante; Símbolo de Identificação do Material P/ Reciclagem conforme NBR 13230/2008 e Alterações Posteriores; Os Copos Deverão Estar Em Conformidade Com Certificação Compulsória Inmetro.</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	617347	5489911 (33903013)	36 - Cento

2	<p>Copo descartável polipropileno biodegradável 80ml: Matéria Prima: Em Polipropileno; Com Capacidade Mínima para 80ml, Na Cor Branco Leitoso; Embalagem: Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Mínimo 1,40 gramas; As Mangas Não Podem Estar Violadas; Identificação Embalagem: Deverá Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa Dos Copos e Quantidade; e o Peso Mínimo de Cada Copo; Identificação Copo: Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelével: Em Relevo a Marca Ou Identificação do Fabricante, capacidade do Copo; Símbolo de Identificação do Material para Reciclagem Conforme NBR 13230/2008; Os Copos Deverão Estar Em Conformidade Com Certificação Compulsória Inmetro NBR 14865 Vigente. PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	332639	4091728 (33903013)	36 - Cento
3	<p>Lacre de segurança: Matéria Prima: Em Polipropileno (PP); Tipo: Formato Escada; Utilização: Para Mercadorias Apreendidas; Medidas: Medindo 23 Cm; Cor: Na Cor Azul; Impressão: Com Área Para Gravação, Enumeração Sequencial; Resistencia: Resistente Ao Travamento A Violação. PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	627608	5993911 (33903016)	201 - Pacote 100 Unidade
4	<p>Caixa arquivo kraft: Matéria Prima: Em Papelão, Revestido Em Kraft; Dimensão: (240 X 360 X 140) mm (AxLxP); Cor: Na Cor Parda, Com Impressão Padrão.</p>	602026	4979516 (33903041)	1 - Unidade

5	<p>Caneta esferográfica azul: Matéria Prima Do Corpo: Corpo Em Resina Termoplástica; Formato Do Corpo Sextavado; Modelo: Descartável; Detalhes Do Corpo: Corpo Translucido Com Respiro; Matéria Prima Da Ponta: Ponta Em Latão; Esfera: Com Esfera De Tungstênio; Espessura Da Ponta: Espessura De 1,0mm, Média; Metragem De Escrita: Rendimento Mínimo De Escrita De: 1.700 Metros; Cor Da Tinta: Na Cor Azul; Tampa Protetora: Com Tampa Protetora Removível Ventilada, Na Cor Da Tinta; Tampa Do Topo: Topeteira (Tampa Do Topo) Fixa; Norma: E Suas Condições Deverão estar De Acordo Com A Norma NBR-15236;Legislacao: Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores.</p>	318729	3426491 (33903041)	1 - Unidade
6	<p>Caneta esferográfica vermelha: Matéria Prima Do Corpo: Corpo Em Resina Termoplástica; Formato Do Corpo Sextavado; Modelo: Descartável; Detalhes Do Corpo: Corpo Translucido Com Respiro; Matéria Prima Da Ponta: Ponta Em Latão; Esfera: Com Esfera De Tungstênio; Espessura Da Ponta: Espessura De 1,0mm, Média; Metragem De Escrita: Rendimento Mínimo De Escrita De: 1.700 Metros; Cor Da Tinta: Na Cor Vermelha; Tampa Protetora: Com Tampa Protetora Removível Ventilada, Na Cor Da Tinta; Tampa Do Topo: Topeteira (Tampa Do Topo) Fixa; Norma: E Suas Condições Deverão estar De Acordo Com A Norma NBR-15236;Legislacao: Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores.</p>	289407	3432181 (33903041)	1 - Unidade
7	<p>Caneta marca texto amarela: Matéria Prima Do Corpo: Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta: Ponta 3 a 5mm; Cor Da Tinta: Na Cor Amarela; Legislação: Deve Estar De Acordo Com a Norma Vigente Obrigatória Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores; Norma: E Suas Condições Deverão estar De Acordo Com A Norma NBR-15236 E Atualizações.</p>	405646	1038281 (33903041)	1 - Unidade
8	<p>Caneta permanente preta: Matéria Prima: Corpo Em Polipropileno (PP); Ponta: Ponta De 2,0 mm; Cor Da Tinta: Na Cor Preta; Aplicação: Mais Utilizada Em CD/DVD; Acondicionamento: Acondicionado Em Embalagem Adequada.</p>	241163	3493709 (33903041)	1 - Unidade

9	Cola de papelaria branca: Apresentação: Líquida; Utilização: Para Uso Escolar, Para Papel, Papelão, Madeira E Tecido; Composição: A Base De Água, Lavável; Composição 1: Atóxica, Bico Econômico; Secagem: Secagem Normal; Acondicionamento: Acondicionada Em Frasco; Peso: Pesando ;Cor: Na Cor Branca; Embalagem: Em ;Validade: Com Validade Mínima De 1 Ano A Partir Da Data De entrega; Legislação: Com Certificação Compulsória Inmetro, E As Suas Atualizações Posteriores; Norma: E Suas Condições Deverá estar De Acordo Com A Norma NBR-15236.	339516	2573326 (33903041)	26 - Frasco 40 Grama
10	Colchete nº 8: Matéria Prima: Latonado; Tamanho: Tamanho nº 8.	390556	140538 (33903041)	220 - Caixa 72 Unidade
11	Envelope Kraft 26x36: Matéria Prima: Em Papel Kraft; Gramatura: Pesando 80 g/m2; Tipo: Tipo Saco; Modelo: Sem Impressão Rpc Do Correio; Medida: Medindo (260x360) mm (Larg x Alt); Apresentação: Cor: Na Cor Parda; Acondicionamento.	459338	1840061 (33903040) (33903041)	1075 - Embalagem 100 Unidade
12	Estilete: Matéria Prima: Cabo Em Poliestireno, Suporte E Trava Com Roldana, Formato Anatômico; Lâmina: Aço Carbono, 18 mm Largura, Guia De Aço Inox; Tamanho: Medindo Aproximadamente 130 mm (Comprimento Do Corpo).	606195	2938065 (33903041)	1 - Unidade
13	Extrator de grampos: Matéria Prima: Aço Inox; Tipo: Espátula.	429012	2164515 (33903041)	1 - Unidade
14	Fita adesiva crepe 48X50: Matéria Prima: Papel Rugoso, Crepe; Tamanho: Medindo (48 mm X 50 m); Cor: Branca; Tipo: Resistente.	278973	4421140 (33903041)	1 - Unidade
15	Fita adesiva crepe 24X50: Matéria Prima: Crepe; Tamanho: Medindo (24 mm X 50m) ;Na Cor: Branca.	332859	4860454 (33903041)	1 - Unidade
16	Fita adesiva transparente 50X50: Matéria Prima: Polipropileno; Tamanho: Medindo (50 mm X 50 m); Cor: Transparente.	429795	201405 (33903041)	1 - Unidade

17	Grampeador 40 fls: Tipo: De Mesa; Matéria Prima Do Corpo: Estrutura Em Aço Escovado; Matéria Prima Da Base: Base De Plástico Reforçado; Tamanho: Medindo (6,5 X 4,0 X 18) Cm (AxLxP); Cor: Na Cor Metálica Com Cinza Escuro; Grampo: Grampo 23/6,23/8,24/8 E 26/6; Quantidade De Folhas: Com Capacidade Mínima Para Grampear 40 Folhas (Papel 75g/m²); Acessórios: Canaleta Em Aço Cromado; Característica: Apoio Anatômico Emborrachado, Alcance 100 mm; Característica 1: Com Botão De Acionamento do Trilho.	405489	4642813 (33903041)	1 - Unidade
18	Grampo para Papéis 26/6: Matéria Prima: Galvanizado; Tratamento; Tamanho: Medindo 26/6. Tipo: Grampo para grampeador.	203144	42048 (33903041)	218 - Caixa 1000 Unidade
19	Livro ata 100 fls.: Formato: Medindo no Mínimo (205 X 297) mm Vertical; Gramatura da Capa: Capa Pesando 1250 g/m², Revestimento Da Capa: Revestida Com Papel Kraft 80 g/m²; Cor: Preta; Quantidade de Folhas: 100 Folhas (Numeradas); Gramatura da Folha: Papel Off-Set Pesando 56 g/m².	469001	4348400 (33903040) (33903041)	1 - Unidade
20	Pasta de processo ROSA: Matéria Prima: Em Papel Cartão; Gramatura: 180 G/M²; Tamanho: 32 X 47 Cm; Cor: Rosa; Acessórios: Acabamento Refilado E Vincado; Legislação.	359250	4638891 (33903041)	36 - Cento
21	Pasta de processo VERDE: Matéria Prima: Em Papel Cartão; Gramatura: 180 G/M²; Tamanho: 32 X 47 Cm; Cor: Verde; Acessórios: Acabamento Refilado E Vincado; Legislação.	359303	3551822 (33903041)	36 - Cento
22	Pasta em L A4 Cristal: Matéria Prima: Polipropileno; Espessura Mínima: 0,20 Micras; Formato: A4 (210 X 297 Mm); Cor: Cristal; Legislação.	396495	3278018 (33903041)	1 - Unidade
23	Pincel atômico na cor azul: Entintamento: Azul; Ponta: Feltro Chanfrada; Tipo: Descartável.	257031	2187221 (33903041)	1 - Unidade
24	Tesoura escolar 20CM: Matéria Prima: Aço Inoxidável; Medida: 20 Cm; Cabo: Plástico; Cor: Preta; Tipo: Para Destro, 3 Dedos; Apresentação: Rebite; Lâmina: Aço Inoxidável; Ponta: Arredondada; Garantia: Contra Defeito De Fabricação Por Tempo Indeterminado; Norma: NBR-15236; Legislação: Certificação Compulsória Inmetro.	406801	4346335 (33903040) (33903041)	1 - Unidade

25	Alcool Etílico 70: Apresentação: Líquido; Composição: Álcool Etílico 70%; Indicação: Desinfecção De Superfícies E Artigos Semi-Críticos E Não Críticos; Acondicionamento: Frasco Adequado Que Garanta A Integridade Do Produto; De Acordo com a Legislação Vigente; Validade de no Mínimo 12 (doze) Meses; Legislação: Produto Sujeito À Verificação No Ato Da Entrega.	269941	5689651 (33903015)	28 - Frasco 1 Litro
26	Barbeador: Matéria Prima: Cabo Emborrachado Com Textura Antideslizante; Tipo: Descartável; Lâmina: 2 Lâminas De Aço Paralelas Com Fita Lubrificante; Acondicionamento: Embalagem Com Identificação.	361428	2312204 (33903015)	1 - Unidade
27	Escova dental: Utilização: Adulto; Cerdas: Extra Macias; Cor: Azul; Tipo: Comum; Modelo: Anatômico; Funcionamento: Manual; Embalagem: Adequada Para Garantir A Integridade Do Produto; Legislação: Portaria 1480/90 E 97/96 Do Ministério Da Saúde.	225318	163171 (33903015)	1 - Unidade
28	Papel Higiênico Dupla Folha: Classificação: Classe 01, Neutro; Cor Branca; Alvura: Alvura ISO Maior Que 80%; Índice De Maciez: Índice Potencial De Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 nm/g; Resistência A Tração: Resistência A Tração Ponderada Igual Ou Maior Que 90 n/m; Quantidades De Pintas: Quantidade De Pintas Igual Ou Menor Que 20 nm2/m2; Tempo De Absorção De Água: Igual Ou Menor Que 5; Irritação Cutânea: Irritação Cutânea I; Sensibilização; Norma: Conforme Norma ABNT NBR 15464-2 e 15134; Características Complementares: Matéria Prima 100% Fibra Celulósica; Comprimento Do Rolo: 30 Metros - Com Tolerância De 2%; Largura: Com Largura De 10 Cm - Com Tolerância De 2%; Diâmetro No Máximo De 11,7 Cm; Largura Do Tubete: 10 Cm - Com Tolerância De 2%; Diâmetro Interno Do Tubete Maior Que 4 Cm; Apresentação: Acabamento Gofrado, Em Relevo; Apresentação I: Picotado; Fragrância: Neutra; Rotulagem Contendo: Com Identificação Da Classe, Marca, Quantidade De Rolos; Rotulagem II: Aroma, Metragem Do Papel; Rotulagem III: Nome Do Fabricante E Fantasia, CNPJ; Rotulagem III: E-Mail, Telefone Do SAC; Embalagem Com Boa Visibilidade Do Produto. PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.	412112	2916070 (33903015)	190 - Pacote c/ 4 Unidades

29	<p>Toalha de Papel Dupla Interfolhada: Classificação: Classe Toalha De Papel Dupla Interfolhada Institucional; Quantidade De Dobras: 2 Dobras; Na Cor Branca; Alvura ISO Igual Ou Maior Que 85%; Índice De Maciez Igual Ou Menor Que 8nm/g (Newton-Metro Por Grama) Macia; Quantidade De Pintas: Quantidade De Pintas Igual Ou Menor Que 5mm2/m2; Tempo De Absorção De Agua Igual Ou Menor 4s (Segundos); Capacidade De Absorção: Capacidade De Absorção De Agua Igual Ou Maior 7g/g (Gramas Por Grama); Resistência A Tração: Resistência A Tração A Úmido Igual Ou Maior 70 N/M (Newton Por Metro); Irritação Cutânea I; Sensibilização; Norma: Conforme Norma Da ABNT NBR 15464-8 e 15134; Características Complementares: Matéria Prima 100% Fibra Vegetal; Dimensão Da Folha: 23x21 Cm; Numero De Folhas: ; Apresentação: Embaladas Individualmente em Pacote, Gofrado; Análise Microbiológica: ; Rotulagem Contendo: Com Identificação Da Classe, Classe, Marca, Quantidade de Folhas, Dimensões Da folha, Nome Do Fabricante E Fantasia, CNPJ; Rotulagem I: E-Mail, Telefone SAC (Serviço De Atendimento Ao Consumidor).</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	353142	4627458 (33903015)	505 - Pacote c/ 1000 Unidades
30	<p>Pasta dental: Apresentação: Em Creme; Utilização: Uso Adulto; Peso: Pesando 50g; Aroma: Menta; Composição: Composto De Composto De Fluor, Laurilsulfato De Sódio, Sacarina Sódica, Agua; Composição I: Sorbitol, Polietilenoglicol; Composicao Ii: Carboximetilcelulose, Carboximetilcelulose, Carboximetil Celulose, Dioxido De Silicio, Corantes, Fluoreto De Sodio;Composicao Iii: ;Composicao Iv: ;Embalagem: Embalado Em Embalado Em Caixa De Papel Cartão Plastificada; Norma: ; Com Validade Superior A 12 (doze) Meses.</p>	372527	4671813 (33903015)	1 - Unidade
31	<p>Sabonete Líq. Erva Doce Refil: Apresentação: Líquido Perolado; Composição: Com Fragrância Erva Doce, Ph = 7,00 - 8,00, Com Hidratante; Tipo: Para Higiene Das Mãos; Legislação: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.</p>	420117	3196453 (33903015)	85 - Refil 800 Mililitro

32	Sabonete Tablete: Apresentação: Tablete; Composição: Suave (Ph Entre 5,5 A 8,5); Tipo: Para Higienização Corporal; Tamanho: 11 Gramas; Legislação: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Deverá Obedecer Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.	263027	5113830 (33903015)	96 - Caixa 500 Unidade
33	Toalha de Banho: Tamanho Adulto; Composição Do Tecido: Composição Do Tecido Pré-encolhido, Composto De 100% Algodão; Gramatura: Pesando No Mínimo 320g/M2; Construção/Armação: ; Pré-lavado: ;Pré-encolhido: ;Medida: Medindo (LxC) No Mínimo 70 X 135 Cm; Cor Branca; Liso Ou Estampado: ;Logo: ; Costura: ;Resistencia A Lavagem: ;Etiqueta: Etiqueta De acordo Com A Resolução Da Conmetro n. 02 De 06/05/2008; Legislação.	459480	4387082 (33903015)	1 - Unidade
34	Água Sanitária: Tipo: Solução Aquosa; Embalagem: Acondicionado De Forma Adequada; Composição: Teor De Cloro Ativo De 2,0% A 2,5% P/P, Produto À Base De Cloro; Legislação: Sem Aromatizante; Legislação I: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação II: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Rotulagem Contendo: Rotulagem I: ;Rotulagem II: ;Rotulagem III: ;Recebimento: Validade Mínima De 6 (seis) Meses A Partir da Data de Entrega.	299605	4429990 (33903014) (33903015)	28 - Frasco 1 litro
35	Desinfetante Eucalipto: Apresentação: Categoria Básica Restrita Ao Uso Puro; Composição: Princípio Ativo Cloreto De Diaquil Dimetil Amônio 100% - 0,50%; Composição I: Monil Fenol, Etoxilado, Óleo De Eucalipto, Essência; Composição II: Outras Substâncias Permitidas; Aroma: Eucalipto, Validade 3 (três) Anos; Acondicionamento: Embalagem Adequada; Legislação: Registro E Laudo Analítico Do Fabricante; Legislação I: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; ; Legislação II: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.	479542	1321102 (33903014)	120 - Frasco 500 Mililitro

36	<p>Detergente em pó: Composição: Princípio Ativo Alquil Benzeno Sulfonato De Sódio, Tensoativos Aniônicos, Coadjuvantes, Branqueador; Composição I: Óptico, Fragrância, Essência, Perfume, Carga, Água; Composição II: Teor De Ativos Ph Entre 10 A 12, Solução 1% P/P; Composição III: Pigmentos E Outras Substâncias Permitidas; Acondicionamento: De Forma Adequada, Validade Mínima De 20 (vinte) Meses A Partir da Data de Entrega; Legislação: Produto Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.</p>	255136	<p>2945738 (33903014)</p>	404 - Saco 1 Quilograma
37	<p>Detergente líquido: Composição: Princípio Ativo Composição Básica; Composição I: Composição Básica Com Glicerina E Tensoativo Biodegradável; Composição II: Preservantes, Sequestrante, Espessante, Fragrâncias Concentradas; Composição III: Valor do Ph Entre 5,5 E 8,0; Aroma: Neutro, Sem Fragrância, Na Cor Amarela; Acondicionamento: De Forma Adequada, Com Bico Dosador; Legislação: Sujeito A Verificação No Ato Da Entrega; Legislação I: Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.</p>	372748	<p>4432690 (33903014)</p>	120 - Frasco 500 Mililitro
38	<p>Pilha Palito AAA: Tipo: Alcalina; Voltagem: 1,5 V; Tamanho: Palito (AAA), Com Prazo de Validade Mínio De 12 (doze) Meses; Embalagem: Embalagem em ; Legislação: Conforme Resolução Do Conama 401 04/11/2008; Norma: ABNT E 11175/90.</p>	419860	<p>4280610 (33903090) (33903041) (33903036)</p>	627 - Cartela 2 Unidade
39	<p>Lâmpada Led 65W: Matéria-Prima: Em Alumínio E Policarbonato; Formato Do Bulbo: High Power; Dimensões: Medidas Aproximadas Ø X A = (110 X 244) mm; Base: E27; Potência: 65W; Fluxo Luminoso: Mínimo 5625 Lm; Tensão De Trabalho: Tensão (V) 100 ~ 240 V Autovolt; Vida Útil: 25.000 Horas; Temperatura De Cor: 6500K; Fator De Potência: 0,92 (Alto FP); Ângulo De Abertura: ; Característica 1: ; Característica 2: Com Selo Do Inmetro; Normalização: Conforme Normas NBR/ABNT E Inmetro Vigentes.</p>	446946	<p>6202519 (33903090)</p>	1 - Unidade

40	<p>Lâmpada Led 30W: Matéria-Prima: Corpo Em Termoplástico Leitoso; Formato Do Bulbo: A60; Dimensões: Medindo (110 X 70) mm; Base: E-27; Potência: De 30W; Fluxo Luminoso: Mínimo 2400 Lm; Tensão De Trabalho: Bivolt; Vida Útil Mínima De 25.000 Horas; Temperatura De Cor: 6500K; Fator De Potência: Mínimo De 0,80; Ângulo De Abertura: ;Característica 1: ;Característica 2: ; Normalização: Conforme Normas NBR/ABNT Vigentes, Certificação Inmetro.</p>	614455	<p>6395104 (33903090)</p>	1 - Unidade
41	<p>Algema de Tornozele: Matéria Prima: De Aço Carbono 1020; Com Espessura Externa De 9,8 mm; Peças Externas: Peças Externa Com Espessura De 3 mm; Peças De Enchimento Com Espessura De 3,8mm; Peças Giratórias Com Espessura De 3.3mm; Dentes: Com Dentes Fresados E Usinados; Trava: Com Super Trava De Segurança; Corrente: Corrente De Ligação Com Espessura De 3,3 mm; Com Peso De 485 Gramas; Folga: Folga Entre As Peças Giratórias E Laterais De 3 Décimos; Fechadura: Fechadura Cementada Com Triplo Dente Em Aço 1020 Resistente A Lima; Pinos E Molas: Pinos E Molas Da Fechadura Em Aço; Abertura Máxima Da Algema De 93 mm; Abertura Mínima Da Algema De 61 mm; Chaves: Com Duas Chaves Em Aço 1020; Acabamento Em Níquel Com Espessura De 15 Microns; Distancia: Distância Entre As Algemas De 400 mm; Segurança: Com Super Trava De Segurança; Sistema De Bloqueio: Fechadura Com Exclusivo Sistema Debloqueio.</p>	620977	<p>1500813 (33903090)</p>	1 - Unidade
42	<p>Balde: Matéria-Prima: Em Polipropileno; Dimensões: Medindo 32 X 27 Cm aproximadamente; Capacidade: 12 Litros; Resistência: Resistente A 16 Quilos no Mínimo; Alça Em Aço; Acabamento: ; Utilização: Para Transportar Água, Cimento, Areia, Pedra, etc; Característica I: Com Pegador Na Parte Inferior; Normalização.</p>	286790	<p>3949567 (33903052) (33903090)</p>	1 - Unidade
43	<p>Balança: Tipo: Semi-Analítica Eletrônica Digital; Visor: Em Cristal Líquido, Com Mostrador Digital, Sensibilidade De 0,01 grama; Com Capacidade Para Até 2.100 gramas, Microprocessador e Tara Subtrativa, Calibração Externa; Dimensões: Medindo PxA 300 X 190 X 80 mm; Voltagem: Bivolt; Utilização: Pesagem De Drogas, Com Selo Inmetro E Selo De Verificação Inicial Do IPEM; Garantia: 2 Anos, Manual.</p>	271865	<p>3136388 (33903090)</p>	1 - Unidade

44	<p>Papel Sulfite A4: Gramatura: Gramatura 75g/m2; Formato: Formato A4; Medida: Medindo (210x297) mm; Alvura: Alvura Mínima De 90%, Conforme Norma ISO; Opacidade: Opacidade Mínima De 87%; Umidade: Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma TAPPI; Cor: Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem: Embalagem Revestida Em BOPP; Selo: Produto Com Certificação Ambiental FSC Ou Cerflor/Pefc, Com Selo E Código De Licença Impressos Na Embalagem.</p> <p>PREVISÃO DO ENVIO DE AMOSTRA PARA CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE DO ITEM.</p>	254199	<p>2903881 (33903040) (33903041)</p>	2086 - Caixa c/ 10 resmas
----	--	--------	---	---------------------------

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para o cálculo da estimativa de quantidade de materiais a serem adquiridos foi considerado a média de consumo mensal e anual, bem como o prazo de validade dos itens a serem consumidos, conforme Memória de Cálculo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. -UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MENSAL MÉDIO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
1	Copo descartável polipropileno biodegradável 180ml	36 - Cento	125	1500
2	Copo descartável polipropileno biodegradável 80ml	36 - Cento	50	600
3	Lacre de segurança	201 - Pacote 100 Unidade	8,5	100
4	Caixa arquivo kraft	1 - Unidade	40	500
5	Caneta esferográfica azul	1 - Unidade	85	1000
6	Caneta esferográfica vermelha	1 - Unidade	25	300
7	Caneta marca texto amarela	1 - Unidade	42	500
8	Caneta permanente preta	1 - Unidade	10	120
9	Cola de papelaria branca	26 - Frasco 40 Grama	85	1000
10	Colchete nº 8	220 - Caixa 72 Unidade	42	500

11	Envelope Kraft 26x36	1075 - Embalagem 100 Unidade	1,5	20
12	Estilete	1 - Unidade	4	50
13	Extrator de grampos	1 - Unidade	4	50

14	Fita adesiva crepe 48X50	1 - Unidade	9	100
15	Fita adesiva crepe 24X50	1 - Unidade	9	100
16	Fita adesiva transparente 50X50	1 - Unidade	42	500
17	Grampeador 40 fls	1 - Unidade	8	100
18	Grampo para Papéis 26/6	218 - Caixa 1000 Unidade	85	1000
19	Livro ata 100 fls	1 - Unidade	8	100
20	Pasta de processo ROSA	36 - Cento	8	100
21	Pasta de processo VERDE	36 - Cento	4	50
22	Pasta em L A4 Cristal	1 - Unidade	42	500
23	Pincel atômico na cor azul	1 - Unidade	10	120
24	Tesoura escolar 20CM	1 - Unidade	4	50
25	Alcool Etilico 70	28 - Frasco 1 Litro	10	120
26	Barbeador	1 - Unidade	48	580
27	Escova dental	1 - Unidade	167	2000
28	Papel Higiênico Dupla Folha	190 - Pacote c/ 4 Unidades	59	700
29	Toalha de Papel Dupla Interfolhada	505 - Pacote c/ 1000 Unidades	50	600
30	Pasta dental	1 - Unidade	25	300
31	Sabonete Líq. Erva Doce Refil	85 - Refil 800 Mililitro	25	300
32	Sabonete Tablete	96 - Caixa 500 Unidade	1	10
33	Toalha de Banho	1 - Unidade	34	400
34	Água Sanitária	28 - Frasco 1 litro	14	168

35	Desinfetante Eucalipto	120 - Frasco 500 Mililitro	14	168
36	Detergente em pó	404 - Saco 1 Quilograma	14	168
37	Detergente líquido	120 - Frasco 500 Mililitro	25	300
38	Pilha Palito AAA	627 - Cartela 2 Unidade	4	50
39	Lâmpada Led 65W	1 - Unidade	10	120
40	Lâmpada Led 30W	1 - Unidade	42	500
41	Algema de Tornozelo	1 - Unidade	8	100
42	Balde	1 - Unidade	3	30
43	Balança	1 - Unidade	1	6
44	Papel Sulfite A4	2086 - Caixa c/ 10 resmas	33	400

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 337.775,30

8.1. O valor total da contratação de R\$ 337.775,30 (trezentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta centavos).

8.2. Considerando a necessidade de proceder com a pesquisa de preços, atendendo à Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, foi utilizada a média ou mediana da pesquisa efetuada por meio da ferramenta de Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, ficando estimados os seguintes valores unitários:

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM COMPRAS. GOV CATMAT	ITEM BEC	CÓD. - UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Copo descartável polipropileno biodegradável 180ml	617347	5489911	36 - Cento	1500	R\$ 16,0505	R\$ 24.075,75
2	Copo descartável polipropileno biodegradável 80ml	332639	4091728	36 - Cento	600	R\$ 6,8000	R\$ 4.080,00
3	Lacre de segurança	627608	5993911	201 - Pacote 100 Unidade	100	R\$ 35,9000	R\$ 3.590,00
4	Caixa arquivo kraft	602026	4979516	1 - Unidade	500	R\$ 5,1000	R\$ 2.550,00
5	Caneta esferográfica azul	318729	3426491	1 - Unidade	1000	R\$ 1,1233	R\$ 1.123,30

6	Caneta esferográfica vermelha	289407	3432181	1 - Unidade	300	R\$ 1,1300	R\$ 339,00
7	Caneta marca texto amarela	405646	1038281	1 - Unidade	500	R\$ 1,3633	R\$ 681,65
8	Caneta permanente preta	241163	3493709	1 - Unidade	120	R\$ 9,0000	R\$ 1.080,00
9	Cola de papelaria branca	339516	2573326	26 - Frasco 40 Grama	1000	R\$ 3,4433	R\$ 3.443,30
10	Colchete nº 8	390556	140538	220 - Caixa 72 Unidade	500	R\$ 12,9250	R\$ 6.462,50
11	Envelope Kraft 26x36	459338	1840061	1075 - Embalagem 100 Unidade	20	R\$ 55,0000	R\$ 1.100,00
12	Estilete	606195	2938065	1 - Unidade	50	R\$ 5,4750	R\$ 273,75
13	Extrator de grampos	429012	2164515	1 - Unidade	50	R\$ 4,7000	R\$ 235,00
14	Fita adesiva crepe 48X50	278973	4421140	1 - Unidade	100	R\$ 12,9300	R\$ 1.293,00
15	Fita adesiva crepe 24X50	332859	4860454	1 - Unidade	100	R\$ 6,8060	R\$ 680,60
16	Fita adesiva transparente 50X50	429795	201405	1 - Unidade	500	R\$ 6,8980	R\$ 3.449,00
17	Grampeador 40 fls	405489	4642813	1 - Unidade	100	R\$ 81,0000	R\$ 8.100,00
18	Grampo para Papéis 26/6	203144	42048	218 - Caixa 1000 Unidade	1000	R\$ 4,4250	R\$ 4.425,00
19	Livro ata 100 fls	469001	4348400	1 - Unidade	100	R\$ 24,0025	R\$ 2.400,25
20	Pasta de processo ROSA	359250	4638891	36 - Cento	100	R\$ 89,3000	R\$ 8.930,00
21	Pasta de processo VERDE	359303	3551822	36 - Cento	50	R\$ 85,9950	R\$ 4.299,75
22	Pasta em L A4 Cristal	396495	3278018	1 - Unidade	500	R\$ 3,8900	R\$ 1.945,00
23	Pincel atômico na cor azul	257031	2187221	1 - Unidade	120	R\$ 5,8500	R\$ 702,00
24	Tesoura escolar 20CM	406801	4346335	1 - Unidade	50	R\$ 9,4025	R\$ 470,13
25	Alcool Etilico 70	269941	5689651	28 - Frasco 1 Litro	120	R\$ 12,0000	R\$ 1.440,00
26	Barbeador	361428	2312204	1 - Unidade	580	R\$ 5,4200	R\$ 3.143,60
27	Escova dental	225318	163171	1 - Unidade	2000	R\$ 1,7233	R\$ 3.446,60
28	Papel Higiênico Dupla Folha	412112	2916070	190 - Pacote c/ 4 Unidades	700	R\$ 11,6900	R\$ 8.183,00

29	Toalha de Papel Dupla Interfolhada	353142	4627458	505 - Pacote c/ 1000 Unidades	600	R\$ 44,9000	R\$ 26.940,00
30	Pasta dental	372527	4671813	1 - Unidade	300	R\$ 3,0256	R\$ 907,68
31	Sabonete Líq. Erva Doce Refil	420117	3196453	85 - Refil 800 Mililitro	300	R\$ 10,1300	R\$ 3.039,00
32	Sabonete Tablete	263027	5113830	96 - Caixa 500 Unidade	10	R\$ 207,0000	R\$ 2.070,00
33	Toalha de Banho	459480	4387082	1 - Unidade	400	R\$ 30,6850	R\$ 12.274,00
34	Água Sanitária	299605	4429990	28 - Frasco 1 litro	168	R\$ 5,3300	R\$ 895,44
35	Desinfetante Eucalipto	479542	1321102	120 - Frasco 500 Mililitro	168	R\$ 6,4680	R\$ 1.086,62
36	Detergente em pó	255136	2945738	404 - Saco 1 Quilograma	168	R\$ 5,5000	R\$ 924,00
37	Detergente Líquido	372748	4432690	120 - Frasco 500 Mililitro	300	R\$ 3,1200	R\$ 936,00
38	Pilha Palito AAA	419860	4280610	627 - Cartela 2 Unidade	50	R\$ 9,1017	R\$ 455,09
39	Lâmpada Led 65W	446946	6202519	1 - Unidade	120	R\$ 72,9900	R\$ 8.758,80
40	Lâmpada Led 30W	614455	6395104	1 - Unidade	500	R\$ 29,7050	R\$ 14.852,50
41	Algema de Tornozelo	620977	1500813	1 - Unidade	100	R\$ 336,0000	R\$ 33.600,00
42	Balde	286790	3949567	1 - Unidade	30	R\$ 28,1333	R\$ 844,00
43	Balança	271865	3136388	1 - Unidade	6	R\$ 3.985,0000	R\$ 23.910,00
44	Papel Sulfite A4	254199	2903881	2086 - Caixa c/ 10 resmas	400	R\$ 260,8500	R\$ 104.340,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 337.775,30	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando que o item 44 (Papel Sulfite A4) caracteriza-se como bem de natureza divisível, cujo valor estimado supera R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será aplicada a Cota Reservada para ME/EPP/EQUIPARADAS, nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

| | | | | | | |

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação atenderá a previsão do artigo 144, §4º da CF/88 que salienta que as atividades de polícia judiciária são prestadas de maneira ininterrupta, sendo o dever do Estado garantir ao público interno e aos usuários, condições mínimas de segurança, higiene, conforto e respeito à dignidade da pessoa humana.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Formalização de demais atos licitatórios e adequação de espaço físico para o recebimento dos materiais conforme o cronograma definido no Edital.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os itens foram escolhidos visando o menor impacto ambiental, tratam-se de materiais totalmente recicláveis ou biodegradáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os itens de consumo relacionados são pertinentes a atividade meio de Polícia Judiciária e encontram-se ofertados na bolsa eletrônica COMPRAS.GOV.BR

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MORGANA CORREA BOLELLI

Escrivã de Polícia



Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 15:44:40.

RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 09:52:15.

ANEXO II

[MINUTA DE NOTA DE EMPENHO]



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE

UG	180303 - DELEG. SECC. POLICIA DE JAU						
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO						
Data de Emissão							
CNPJ/CPF/UG							
Credor							
Endereço							
Cidade		UF		CEP			
Origem Material	1						
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
No Processo			Acordo				
Tipo de Empenho			Ref Dispensa				
Licitação			Modalidade				
Empenho Orig.			Nº Contrato		NP OC		
Valor do Empenho R\$							
Cronograma							
			Mês	Valor			
Sequência		Item		Unid. Forn.			
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total			
Descrição							

**Governo do Estado de São Paulo**

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsável pela emissão	
--------------------------	--

Impresso pelo Siasfisco

2/2

ANEXO III

[CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL]**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCEP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

- 1 - a falha escusável do licitante ou contratado;
- 2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
- 3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;
- 4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

- I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 - Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

- I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;
- II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

- I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;
- II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§4º - Compete:

- 1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.
- 2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM COMPRAS CATMAT	ITEM BEC	CÓD. - UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Copo descartável polipropileno biodegradável 180ML	617347	5489911	36 - Cento	1500		
2	Copo descartável polipropileno biodegradável 80ML	332639	4091728	36 - Cento	600		
3	Lacre	627608	5993911	201 - Pacote 100 Unidade	100		
4	Caixa arquivo kraft	602026	4979516	1 - Unidade	500		
5	Caneta esferográfica azul	318729	3426491	1 - Unidade	1000		
6	Caneta esferográfica vermelha	289407	3432181	1 - Unidade	300		
7	Caneta marca texto amarela	405646	1038281	1 - Unidade	500		
8	Caneta permanente preta	241163	3493709	1 - Unidade	120		
9	Cola de papelaria branca	339516	2573326	26 - Frasco 40 Grama	1000		
10	Colchete nº 8	390556	140538	220 - Caixa 72 Unidade	500		
11	Envelope Kraft 26x36	459338	1840061	1075 - Embalagem 100 Unid.	20		
12	Estilete	606195	2938065	1 - Unidade	50		
13	Extrator de grampos	429012	2164515	1 - Unidade	50		
14	Fita adesiva crepe 48X50	278973	4421140	1 - Unidade	100		
15	Fita adesiva crepe 24X50	332859	4860454	1 - Unidade	100		
16	Fita adesiva transparente 50X50	429795	201405	1 - Unidade	500		
17	Grampeador 40 fls	405489	4642813	1 - Unidade	100		
18	Grampo para Papéis 26/6	203144	42048	218 - Caixa 1000 Unidade	1000		
19	Livro ata 100 fls	469001	4348400	1 - Unidade	100		
20	Pasta de processo ROSA	359250	4638891	36 - Cento	100		
21	Pasta de processo VERDE	359303	3551822	36 - Cento	50		
22	Pasta em L A4 Cristal	396495	3278018	1 - Unidade	500		

23	Pincel atômico na cor azul	257031	2187221	1 - Unidade	120		
24	Tesoura escolar 20CM	406801	4346335	1 - Unidade	50		
25	Alcool Etilico 70	269941	5689651	28 - Frasco 1 Litro	120		
26	Barbeador	361428	2312204	1 - Unidade	580		
27	Escova dental	225318	163171	1 - Unidade	2000		
28	Papel Higiênico Dupla Folha	412112	2916070	190 - Pacote c/ 4 Unidades	700		
29	Toalha de Papel Dupla Interfolhada	353142	4627458	505 - Pacote c/ 1000 Unid.	600		
30	Pasta dental	372527	4671813	1 - Unidade	300		
31	Sabonete Líq. Erva Doce Refil	420117	3196453	85 - Refil 800 Mililitro	300		
32	Sabonete Tablete	263027	5113830	96 - Caixa 500 Unidade	10		
33	Toalha de Banho	459480	4387082	1 - Unidade	400		
34	Água Sanitária	299605	4429990	28 - Frasco 1 litro	168		
35	Desinfetante Eucalipto	479542	1321102	120 - Frasco 500 Mililitro	168		
36	Detergente em pó	255136	2945738	404 - Saco 1 Quilograma	168		
37	Detergente líquido	372748	4432690	120 - Frasco 500 Mililitro	300		
38	Pilha Palito AAA	419860	4280610	627 - Cartela 2 Unidade	50		
39	Lâmpada Led 65W	446946	6202519	1 - Unidade	120		
40	Lâmpada Led 30W	614455	6395104	1 - Unidade	500		
41	Algema de Tornozelo	620977	1500813	1 - Unidade	100		
42	Balde	286790	3949567	1 - Unidade	30		
43	Balança	271865	3136388	1 - Unidade	6		
44	Papel Sulfite A4 (Cota Reservada)	254199	2903881	2086 - Caixa c/ 10 resmas	100		
45	Papel Sulfite A4 (Cota Principal)	254199	2903881	2086 - Caixa c/ 10 resmas	300		
TOTAL GERAL:							R\$

ANEXO V**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)****ANEXO V.1****MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO***(em papel timbrado do licitante)*

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM COMPRAS CATMAT	ITEM BEC	CÓD. - UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Copo descartável polipropileno biodegradável 180ML	617347	5489911	36 - Cento	1500	R\$ 16,05	R\$ 24.075,75
2	Copo descartável polipropileno biodegradável 80ML	332639	4091728	36 - Cento	600	R\$ 6,80	R\$ 4.080,00
3	Lacre	627608	5993911	201 - Pacote 100 Unidade	100	R\$ 35,90	R\$ 3.590,00
4	Caixa arquivo kraft	602026	4979516	1 - Unidade	500	R\$ 5,10	R\$ 2.550,00
5	Caneta esferográfica azul	318729	3426491	1 - Unidade	1000	R\$ 1,12	R\$ 1.123,30
6	Caneta esferográfica vermelha	289407	3432181	1 - Unidade	300	R\$ 1,13	R\$ 339,00
7	Caneta marca texto amarela	405646	1038281	1 - Unidade	500	R\$ 1,36	R\$ 681,65
8	Caneta permanente preta	241163	3493709	1 - Unidade	120	R\$ 9,00	R\$ 1.080,00
9	Cola de papelaria branca	339516	2573326	26 - Frasco 40 Grama	1000	R\$ 3,44	R\$ 3.443,30
10	Colchete nº 8	390556	140538	220 - Caixa 72 Unidade	500	R\$ 12,93	R\$ 6.462,50
11	Envelope Kraft 26x36	459338	1840061	1075 - Embalagem 100 Unid.	20	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
12	Estilete	606195	2938065	1 - Unidade	50	R\$ 5,48	R\$ 273,75
13	Extrator de grampos	429012	2164515	1 - Unidade	50	R\$ 4,70	R\$ 235,00
14	Fita adesiva crepe 48X50	278973	4421140	1 - Unidade	100	R\$ 12,93	R\$ 1.293,00
15	Fita adesiva crepe 24X50	332859	4860454	1 - Unidade	100	R\$ 6,81	R\$ 680,60
16	Fita adesiva transparente 50X50	429795	201405	1 - Unidade	500	R\$ 6,90	R\$ 3.449,00
17	Grampeador 40 fls	405489	4642813	1 - Unidade	100	R\$ 81,00	R\$ 8.100,00
18	Grampo para Papéis 26/6	203144	42048	218 - Caixa 1000 Unidade	1000	R\$ 4,43	R\$ 4.425,00
19	Livro ata 100 fls	469001	4348400	1 - Unidade	100	R\$ 24,00	R\$ 2.400,25
20	Pasta de processo ROSA	359250	4638891	36 - Cento	100	R\$ 89,30	R\$ 8.930,00
21	Pasta de processo VERDE	359303	3551822	36 - Cento	50	R\$ 86,00	R\$ 4.299,75
22	Pasta em L A4 Cristal	396495	3278018	1 - Unidade	500	R\$ 3,89	R\$ 1.945,00
23	Pincel atômico na cor azul	257031	2187221	1 - Unidade	120	R\$ 5,85	R\$ 702,00
24	Tesoura escolar 20CM	406801	4346335	1 - Unidade	50	R\$ 9,40	R\$ 470,13

25	Alcool Etilico 70	269941	5689651	28 - Frasco 1 Litro	120	R\$ 12,00	R\$ 1.440,00
26	Barbeador	361428	2312204	1 - Unidade	580	R\$ 5,42	R\$ 3.143,60
27	Escova dental	225318	163171	1 - Unidade	2000	R\$ 1,72	R\$ 3.446,60
28	Papel Higiênico Dupla Folha	412112	2916070	190 - Pacote c/ 4 Unidades	700	R\$ 11,69	R\$ 8.183,00
29	Toalha de Papel Dupla Interfolhada	353142	4627458	505 - Pacote c/ 1000 Unid.	600	R\$ 44,90	R\$ 26.940,00
30	Pasta dental	372527	4671813	1 - Unidade	300	R\$ 3,03	R\$ 907,68
31	Sabonete Líq. Erva Doce Refil	420117	3196453	85 - Refil 800 Mililitro	300	R\$ 10,13	R\$ 3.039,00
32	Sabonete Tablete	263027	5113830	96 - Caixa 500 Unidade	10	R\$ 207,00	R\$ 2.070,00
33	Toalha de Banho	459480	4387082	1 - Unidade	400	R\$ 30,69	R\$ 12.274,00
34	Água Sanitária	299605	4429990	28 - Frasco 1 litro	168	R\$ 5,33	R\$ 895,44
35	Desinfetante Eucalipto	479542	1321102	120 - Frasco 500 Mililitro	168	R\$ 6,47	R\$ 1.086,62
36	Detergente em pó	255136	2945738	404 - Saco 1 Quilograma	168	R\$ 5,50	R\$ 924,00
37	Detergente líquido	372748	4432690	120 - Frasco 500 Mililitro	300	R\$ 3,12	R\$ 936,00
38	Pilha Palito AAA	419860	4280610	627 - Cartela 2 Unidade	50	R\$ 9,10	R\$ 455,09
39	Lâmpada Led 65W	446946	6202519	1 - Unidade	120	R\$ 72,99	R\$ 8.758,80
40	Lâmpada Led 30W	614455	6395104	1 - Unidade	500	R\$ 29,71	R\$ 14.852,50
41	Algema de Tornozelo	620977	1500813	1 - Unidade	100	R\$ 336,00	R\$ 33.600,00
42	Balde	286790	3949567	1 - Unidade	30	R\$ 28,13	R\$ 844,00
43	Balança	271865	3136388	1 - Unidade	6	R\$ 3.985,00	R\$ 23.910,00
44	Papel Sulfite A4	254199	2903881	2086 - Caixa c/ 10 resmas	400	R\$ 260,85	R\$ 104.340,00
TOTAL GERAL:							R\$ 337.775,30

ANEXO VII**TERMO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL**

Eu _____, RG _____, CPF _____, cargo _____, responsável pelo Almoxarifado da _____, declaro para fins de recebimento definitivo que recebi e conferi os produtos entregues pela empresa _____, CNPJ Nº _____, os materiais constantes na Nota Fiscal nº _____. Declaro ainda que os produtos estão de acordo com as características e quantidades contratadas.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 20 ____.

Nome do responsável pelo recebimento
Cargo: